

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO E OS IMPACTOS SOBRE O TRABALHADOR DO CORTE DA CANA

Autora: Fernanda Valéria do Nascimento Borba

Estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas; bolsista de Iniciação Científica com a pesquisa intitulada Reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro em Alagoas e a escolaridade dos cortadores de cana; integrante do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL. E-mail: fernanda_1ela@hotmail.com

Co-autora: Edna Bertoldo

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, *Campus* de Marília; professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, e líder do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana, credenciado pelo CNPq. E-mail: edna_betoldo@hotmail.com

Co-autora: Simone da Costa Silva

Estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas; bolsista de Iniciação Científica com a pesquisa intitulada Reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro em Alagoas e a escolaridade dos cortadores de cana, financiado pela UFAL; integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL e do Grupo de Pesquisa/CNPq Trabalho e Capitalismo Contemporâneo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: mo.nec.ri@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos do processo de reestruturação produtiva sobre os trabalhadores rurais cortadores de cana, no tocante ao seu perfil e escolaridade, buscando responder à seguinte questão: quais os impactos da reestruturação produtiva sobre os trabalhadores do corte da cana? O processo de reestruturação do setor sucroalcooleiro no país se deu sem levar em conta a escolarização dos trabalhadores da cana, ou seja, a produção da riqueza gerada neste setor não tem sido acompanhada do desenvolvimento das potencialidades, habilidades e qualidades dos indivíduos, necessários ao ser humano. A investigação partiu de estudos bibliográficos que tratam do surgimento do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil e no Estado de Alagoas, bem como dos primeiros engenhos instalados, buscando apreender a dinâmica do processo histórico que transformou os antigos engenhos em usinas produtoras de açúcar e álcool. Os resultados indicam que apesar do desenvolvimento verificado no setor sucroalcooleiro, as condições de vida, trabalho, saúde e educação dos cortadores de cana pouco se modificaram, pois continuam submetidos a condições degradantes de trabalho e com baixos índices de escolaridade. Apesar da implantação de políticas públicas pelo Estado, o acesso e permanência à educação escolar permanecem restritos. Conclui-se, com base em Mézáros, que o Estado não tem conseguido resolver os problemas enfrentados pelos trabalhadores da cana na sua totalidade, pois enquanto comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, sendo ambos inseparáveis. Isto não significa dizer que o Estado seja redutível às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Reestruturação Produtiva. Cortador de cana.

Introdução

O presente artigo é resultante de pesquisa desenvolvida com financiamento oriundo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFAL/FAPEAL, ¹ cujo objetivo é analisar os impactos do processo de reestruturação produtiva sobre os trabalhadores cortadores de cana, levando em consideração o seu perfil e escolaridade. Para a exposição dos resultados, este artigo encontra-se organizado de forma a contemplar os seguintes aspectos: o processo histórico da cana-de-açúcar no Brasil e em Alagoas e a reestruturação produtiva, a relação entre mercado de trabalho e educação, a escolaridade dos cortadores de cana e as condições de saúde do trabalhador. A análise do conjunto destes aspectos possibilitará uma compreensão mais ampla do trabalho no setor canavieiro na sociedade atual e a relação com a educação.

1 Processo histórico da cana-de-açúcar no Brasil e em Alagoas

O estudo do processo histórico de constituição dos trabalhadores do corte da cana desde o início ao posterior desenvolvimento desta cultura em nosso território encontra-se fundamentado na obra de Andrade (1997).

De acordo com o referido autor, no início do século XVI expedições portuguesas e francesas exploraram a costa do litoral alagoano mantendo contato com os indígenas, adquirindo dessa forma produtos com a troca de mercadorias, principalmente o pau-brasil. Foi à cultura da cana-de-açúcar que determinou o povoamento das capitâneas, que se deu com grande dificuldade, principalmente pela resistência dos indígenas à desapropriação. Segundo Andrade (1997, p. 15), “Só a partir de 1530 é que Portugal temendo perder o controle da terra de Santa Cruz resolveu desenvolver uma política de povoamento, dividindo o Brasil em capitâneas hereditárias”. Esse povoamento foi realizado nas três últimas décadas do século XVI com Cristovão Linz, fidalgo alemão que fundou cinco engenhos nos vales do Manguaba e do Camaragibe.

Embora existissem condições climáticas favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar, havia limites para a sua expansão. A vegetação natural era preservada e a produção agrícola variada. A monocultura só dominou nos tempos atuais, através da disposição de

¹ Trata-se da pesquisa intitulada Reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro em Alagoas e a escolaridade dos cortadores de cana, sob orientação da professora Edna Bertoldo.

técnicos e de capitais que permitiram a apropriação de uma área maior e a destruição da vegetação natural, expandindo os canaviais.

Os indígenas e os negros de Guiné foram escravizados, mas com o desaparecimento dos índios, mortos nas guerras ou aqueles que emigravam para o sertão, restaram aos negros, à escravidão. Segundo Andrade:

A sociedade era muito hierarquizada, e o senhor de engenho era praticamente um chefe militar, tendo que se manter armado e alerta, com dependentes armados, a fim de resistir às revoltas dos negros e ao ataque dos quilombos, sobretudo depois que os quilombos da Serra da Barriga se multiplicaram. (1997, p. 22).

Com o fortalecimento da abolição da escravatura, em 1871, a dependência da força de trabalho escrava tornou-se um grande problema enfrentado pelos senhores de engenho, que passaram a buscar novas possibilidades, empregando lavradores de cana e moradores do engenho nesse serviço, considerados pela população livre pouco honroso devido às condições degradantes de trabalho as quais eram expostos os que nela se empregavam. Estes moradores trabalhavam certo número de dias sem remuneração - o cambão; ou com parca remuneração - a condução. O acesso a terra e a autorização para cultivá-la, nos dois casos, serviam como parte de seu pagamento. “Muitas vezes, em um engenho, a maior porção de cana moída era originária dos partidos de lavradores, que a cultivavam utilizando escravos e a própria família” (Ibidem, p. 27).

Com a abolição (1888), sem indenização, a força de trabalho escrava praticamente não existia e os engenhos foram abalados economicamente, restando aos escravos libertos tornarem-se moradores do engenho, pois não havia grandes áreas de terra próximas aos canaviais. Segundo Andrade:

Na verdade, a abolição concedeu ao negro a sua liberdade e o fez sem indenizar o proprietário, desrespeitando o direito de propriedade; mas a ela não se seguia uma política que transformasse o escravo em cidadão. Havia projetos de distribuição de propriedades nas margens dos rios navegáveis e das ferrovias, para transformá-los em agricultores, propostas de reforma agrária e de democracia rural, defendidas, respectivamente, por Joaquim Nabuco e André Rebouças, mas o Ministério de 10 de março logo foi derrubado, e o negro ficou sem uma rota, sem um caminho que o levasse à cidadania. (1997, p. 28).

Os usineiros, interessados em desenvolver atividades diversificadas, como a criação de gado, a plantações de milho, feijão e algodão, passaram a restringir o uso da terra pelos moradores. Com isso, o morador, expropriado, transformou-se em trabalhador assalariado.

Os antigos moradores que foram desapropriados dos seus sítios passaram a residir nos centros urbanos, tornando-se prestadores de serviços e trabalhadores alugados, na época em que a usina e os engenhos necessitavam de sua força de trabalho de forma mais restrita.

Esse processo de proletarização se tornaria mais agudo na década de setenta, quando surgiram as grandes usinas que produziam mais de um milhão de sacos por safra. O impacto sobre o espaço produzido foi forte na formação de centros urbanos característicos, que eram habitados sobretudo por trabalhadores de cana. (Ibidem, p. 68).

O Estatuto do Trabalhador Rural, criado em 1963, preocupava-se com a manutenção da classe média no campo, protegendo dessa forma o produtor agrícola (o fornecedor), não dando importância ao grande número de trabalhadores rurais, onde seu direito ao salário mínimo foi garantido apenas em seu artigo 90. Segundo Andrade:

Salário mínimo que nunca foi respeitado com base nesse Estatuto, só vindo a vigorar após os anos sessenta, quando os trabalhadores se arregimentaram em Ligas Camponesas e em Sindicatos Rurais e conseguiram a aplicação do Estatuto do Trabalhador rural (1963). (Ibidem, p. 74).

Por isso na década de 1960 foi travada uma luta dos trabalhadores rurais, tanto contra os usineiros como contra os fornecedores de cana.

A expansão do cultivo da cana nos tabuleiros foi responsável pelo desalojamento dos pequenos produtores que viviam nas terras das usinas ou engenhos, que eram despedidos ou transformados em trabalhadores assalariados, como também de pequenos proletários e posseiros que eram pressionados a venderem suas terras, instalando-se nos centros urbanos.

Tudo isto contou com o apoio estatal, que recebeu recursos financeiros para a expansão da cana-de-açúcar, conforme observação de Andrade:

Alagoas foi o Estado do Nordeste que recebeu maiores benefícios do PROÁLCOOL, como fora também do Programa de racionalização da Indústria Açucareira. Para isso contribuiu, sobretudo, a quantidade de terras subutilizadas, por onde os canaviais se expandiram, afastando as culturas de subsistência, de baixo rendimento, e feitas por pequenos produtores, e as áreas ociosas e de florestas. (ANDRADE, 1997, p. 124).

A realidade atual parece não ser tão diferente daquela do século XIX, pois a força de trabalho ainda permanece com as mesmas marcas de desvalorização e precarização, com baixos salários (que depende do quanto se produz), explorada pelo capitalista,

mediante trabalhos exaustivos, enorme desgaste físico e ambientes desconfortáveis (sol e calor excessivo). “Eles dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho e estão à disposição dos grandes proprietários” (HEREDIA, 1989, p. 195).

A indústria sucroalcooleira explora o trabalhador em troca de seus próprios interesses, não oferecendo condições mínimas de sobrevivência e sustento da família, obrigando o trabalhador, na maioria das vezes, a inserir os filhos ainda pequenos no corte de cana: “O trabalhador é obrigado a alocar os membros do seu grupo doméstico, especialmente os filhos, já desde ‘pequenos’, como trabalhadores assalariados da cana” (Ibidem, p. 203).

Para assegurar o seu emprego, o trabalhador rural cortador de cana despende todo seu esforço físico no período de safra para não correr o risco de ser dispensado antes mesmo do término desta. Como ficam desempregados na entressafra, os cortadores de cana migram para outros Estados, principalmente para a região Sudeste, ou até mesmo quando não ficam desempregados.

2 O processo de reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro

O processo de reestruturação produtiva pelo qual vem passando a indústria brasileira, bem como suas consequências no setor sucroalcooleiro e, principalmente, os seus efeitos sobre o trabalhador empregado no corte da cana, será objeto de análise nesta parte do trabalho. Antes, porém, analisaremos o processo histórico de constituição da reestruturação produtiva.

Há pelo menos três décadas, as modificações que ocorreram nas sociedades capitalistas são decorrentes da crise iniciada na década de 1970, que afetou tanto os aspectos materiais quanto a subjetividade do trabalho. Segundo Antunes,

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*. (1995, p. 15, grifo do autor).

O padrão dominante taylorismo/fordismo, que se configurou nos anos 1930 até a década de 1970, deu sinais de crise como manifestação da crise estrutural do capital, principalmente com a decrescente taxa de lucros. Como resposta ao padrão dominante

iniciou-se a reestruturação produtiva, que teve suas primeiras experiências na Suécia, na Itália e no Japão.

No Brasil, no final da década de 1970 e início de 1980, as empresas precisavam atingir um padrão de qualidade para permanecerem na competitividade nacional e internacional. Dessa forma, era imprescindível inovar a tecnologia utilizada com novas técnicas de produção, tendo como base o modelo japonês, chamado toyotismo.

Por isso não temos dúvida em enfatizar que a *ocidentalização* do toyotismo (eliminados os traços singulares da história, cultura, tradições que caracterizam o Oriente japonês) conformaria em verdade uma decisiva aquisição do capital contra o trabalho. (ANTUNES, 1995, p. 33, grifo do autor).

Emergindo dessa forma o trabalho tornou-se precarizado nas suas mais diversas formas (terceirizados, temporários, dupla jornada de trabalho feminino, entre outras) fundamentado pela ideologia do toyotismo.

Ao analisar a sua constituição histórica, alguns estudiosos, a exemplo de Alves, admitem que o processo de reestruturação produtiva em nosso país toma impulso a partir dos anos de 1990, cujo objetivo “é instaurar, de modo sistêmico, a acumulação flexível no Brasil” (ALVES, 2000, p. 202).

Com a acumulação flexível a produção capitalista torna-se descentralizada e segmentada, sendo caracterizada pela presença do velho e do novo: “No espaço da produção de mercadorias, articulam-se dimensões ‘modernas e arcaicas’ ”(Ibidem, 2000, p. 203). Isto é visível na agroindústria canavieira, onde o arcaico e o moderno caminham lado a lado, constituindo assim um novo trabalhador vinculado a um precário mundo do trabalho.

Segundo Santos (2009, p.48), “Independentemente do processo produtivo, no país imperialista ou no país dito ‘subdesenvolvido’, reforçamos que será sobre a força de trabalho como um todo que recairá o ônus da reestruturação”.

Depois do período em que foi deflagrada uma crise estrutural (década de 1970), o capital teve de desenvolver formas de minimizar seus efeitos devastadores e encontrar maneiras de aumentar os lucros. Parte considerável da solução encontrada para a reestruturação dos processos produtivos foi à *substituição*² do trabalho humano pelo trabalho de máquinas e, assim, reduzindo os custos com a força de trabalho. Sobre isto, Scopinho et.al. consideram que:

² Isto não significa dizer que o trabalho desapareceu, mas apenas se deu uma diminuição na absorção da força de trabalho.

a mecanização do corte da cana representa um importante passo na direção da subordinação real da agricultura à indústria sucroalcooleira, inclusive podendo a primeira adotar o ritmo intenso e quase ininterrupto de funcionamento da segunda, ou seja, 24 horas por dia durante a safra. Para os capitalistas, a intensificação do ritmo de trabalho na lavoura canavieira significa aumento da produtividade do trabalho com melhoria da qualidade da matéria-prima, diminuição de custos de produção e maior agilidade na amortização do capital investido em inovações tecnológicas. Já para os trabalhadores rurais, a intensificação do ritmo de trabalho pode significar a deterioração da saúde e da segurança no trabalho. (2010, p. 11).

No caso da indústria sucroalcooleira, tal medida se materializou, entre outros aspectos, na mecanização do corte da cana, em que uma máquina colheitadeira pode realizar o mesmo trabalho desenvolvido por até cem homens. As usinas de médio e grande porte já estão lançando mão deste recurso, objetivando a redução de custos com os salários pagos aos cortadores de cana. A mecanização já toma conta do setor sucroalcooleiro no país e em Alagoas, ocorrendo assim um impulso às novas tecnologias nas principais indústrias do país, onde a agroindústria canavieira encontra-se inserida.

Se por um lado a mecanização do corte da cana tem suas vantagens ambientais e sociais, já que se dá a redução da emissão de gases poluentes derivados da queima da cana e é eliminado o trabalho desumano realizado no corte da cana, por outro, acarreta desemprego em massa. E o problema mais grave é que se trata de uma classe trabalhadora que está longe de dispor da tão propagada qualificação atualmente exigida em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, visto que seu grau de escolarização básica é baixíssimo. Sobre a mecanização da colheita da cana e a consequente dispensa dos trabalhadores, Alves considera que:

na perspectiva da sustentabilidade, o corte manual de cana deve ser eliminado. Porém a sociedade não pode ficar inerte a essa decisão de trocar trabalhadores por máquinas.³ A sociedade precisa apresentar suas propostas de como essa substituição deverá processar-se. (2010, p. 04).

Diante disso, o autor defende a criação e a efetivação de políticas públicas de caráter compensatório, que imponham condições à expansão da agricultura canavieira e à mecanização do corte da cana.

Esclarecendo melhor sua proposta, o autor afirma:

São políticas públicas elaboradas e sob responsabilidade de execução e fiscalização do conjunto da sociedade e não apenas do Estado. O objetivo dessas

³ Esta questão requer um maior aprofundado sobre a maquinaria em Marx, o que não será possível neste artigo.

políticas é compensar a perda de postos de trabalho e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores remanescentes e as condições ambientais. (ALVES, 2010, p. 04).

Com o corte mecanizado, tem-se que os cerca de cem trabalhadores antes empregados no corte manual, são substituídos por uma máquina que requer apenas um trabalhador para operá-la. Deste trabalhador é exigido um grau maior de escolarização do que aquele encontrado entre os cortadores de cana, sendo necessário que o operador tenha o ensino médio, disponha de carteira de motorista e domine as noções de informática.

É de se esperar que ao menos aquele trabalhador selecionado para operacionalizar a máquina colheitadeira tenha uma condição de trabalho melhor que os cortadores de cana. Entretanto, analisando os dados de uma pesquisa feita por pesquisadores da escola de enfermagem de Ribeirão Preto, São Paulo, Bernardes (2010) esclarece que mesmo no trabalho de operador de máquinas colheitadeiras há graus de precarização e exploração do trabalho.

A pesquisa, realizada com 16 operadores de máquinas de uma grande usina no interior do Estado, a qual resultou na tese de doutorado de uma enfermeira, demonstrou a existência de problemas neste novo posto de trabalho em relação à carga horária, uma vez que as máquinas trabalham 24 horas por dia e os operadores têm que se revezar em turnos de dez horas de trabalho; problemas psicológicos, derivados da atenção e concentração excessiva que os trabalhadores devem direcionar para aspectos como temperatura da máquina, sistema de ventilação, a posição das lâminas de corte, alinhamento da colheitadeira com o caminhão de transbordo, que recolhe a cana cortada, o que gera tensão mental, fadiga e estresse. Segundo Bernardes,

no estado de São Paulo existem metas para o fim do corte manual de cana até 2017. 'A substituição está em curso, mas o que ocorre é que as usinas têm empregado menos cortadores a cada ano, sem fazer nenhum tipo de qualificação desses trabalhadores para o trabalho mecanizado', destaca. 'Ao mesmo tempo que há carência de operadores de máquinas, os antigos cortadores voltam desempregados para suas regiões de origem, que sofrem o agravamento de problemas sociais e econômicos'. (2010, p. 02).

3 A ideologia da empregabilidade e a educação dos cortadores de cana

A escolarização e a qualificação têm sido enfatizadas pela ideologia da empregabilidade como alternativas para que o trabalhador do corte de cana tenha alguma

perspectiva no mercado de trabalho, seja na própria indústria sucroalcooleira ou em outras atividades, proporcionando-lhes mais oportunidades.

O discurso ideológico da empregabilidade transfere para o trabalhador toda responsabilidade por sua permanência ou não no mercado de trabalho. Na atual ordem capitalista o próprio trabalhador torna-se responsável pelo seu crescimento e qualificação profissional, cabendo ao trabalhador conseguir um trabalho e manter-se competitivo nesse mercado. Segundo Freres (2008, p. 63), “A lógica de responsabilizar os indivíduos por estarem ou não empregados esconde de todos que sua condição é decorrente do tipo de organização social baseada na exploração do homem pelo homem”. O trabalhador precisa ter uma contínua formação/qualificação, para não ser excluído do novo mercado de trabalho.

Pesquisas atuais evidenciam que o mercado de trabalho na terceira mais relevante agricultura do país, a canavieira, sofreu modificações.

Para acumular mais riqueza em menos tempo e obter cada vez mais lucros, o capital faz uso da tecnologia, o que possibilita a diminuição quantitativa do trabalho, criando o que se chama desemprego estrutural.⁴

Com a expansão da área cultivada e dos rendimentos gerados, a conquista dos mercados internacionais para o açúcar e a exportação do álcool combustível, o mercado na agroindústria canavieira vem empregando cerca de 500 mil trabalhadores (PNAD, 2004-2005), para os quais, em termos de condições de trabalho, houve algum avanço. Entretanto, existem ainda muitos problemas.

Em se tratando de melhorias, pode-se notar a redução do trabalho infantil nos canaviais, o aumento no nível de formalidade empregatícia, ou seja, maior número de trabalhadores com carteira assinada, concedendo aos mesmos o acesso à contribuição previdenciária e à aposentadoria. Além disso, houve um aumento de benefícios governamentais recebidos pelos trabalhadores da cana.

Os salários e o nível educacional dos trabalhadores da cana, embora sejam melhores do que os registrados há décadas atrás, continuam baixos e insuficientes. A renda média mensal de um trabalhador empregado nos canaviais não supera os R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). O grau de escolaridade gira em torno do Ensino Fundamental Incompleto (SILVA; SILVA, 2009).

⁴ Aquele em que a vaga do trabalhador foi substituída por máquinas ou processos produtivos mais modernos. Aquele trabalho executado por dezenas de trabalhadores agora só necessita de um operador, ou melhor, dezenas de empregos transformaram-se em apenas um.

Muitos trabalhadores acreditam que a escola é a garantia de sua inserção e/ou retorno no mercado de trabalho. Segundo Freres (2008, p.64), “a ‘redenção’ que a sociedade almeja foi atribuída à educação e não na superação da sociedade capitalista”. O desemprego é gerado pelo próprio desenvolvimento do capital e é uma ilusão acreditar que a educação vai garantir ao indivíduo que ele seja empregado.

O homem torna-se mercadoria que precisa ser trocada todos os dias por salário, ou seja, vende ao capitalista por determinado tempo a única mercadoria que lhe pertence: sua força de trabalho.

Com relação aos problemas existentes no mercado de trabalho canavieiro, temos a sobrecarga e exploração do trabalho a que se submetem os trabalhadores em busca de melhores salários, ocasionando sérios problemas de saúde. Além disso, há o desrespeito aos direitos trabalhistas básicos por parte dos empregadores.

Apesar dos indiscutíveis avanços na qualidade do emprego na atividade, [...] é sabido que ainda permanecem condições adversas de trabalho, principalmente para os empregados temporários ocupados na colheita manual da cana-de-açúcar. Lamentavelmente, tem havido mortes de trabalhadores nos canaviais, particularmente no estado de São Paulo. As mortes, a maioria por parada cardiorrespiratória, mostraram a face sombria do modelo de produção que sustenta o setor sucroalcooleiro. Pagos por produtividade, os cortadores de cana se submetem a uma extensa rotina de trabalho para ganhar mais do que o piso salarial, que fica em torno de R\$ 300,00 a R\$ 400,00, para uma média de seis toneladas de cana cortadas por dia. Para ganhar mais, os trabalhadores cortam de 10 a 12 toneladas de cana por dia. (BASALDI, 2007, p. 2).

Todos estes problemas enfrentados pelos canavieiros justificam a expansão lucrativa da atividade canavieira.

Se as condições de trabalho dos trabalhadores do corte de cana são muito precárias, o mesmo ocorre em relação à sua escolaridade. Observa-se um total descaso com a escolaridade desses trabalhadores, tanto que não encontramos nenhuma referência direta e específica na legislação, que objetive a escolarização dos cortadores de cana, seja pelo Estado, pelos movimentos sociais ou mesmo pela educação do campo e menos ainda alguma iniciativa da agroindústria canavieira; esta última nunca se interessou verdadeiramente pela escolarização dos cortadores de cana.

Segundo Bertoldo (2008, p. 11), “A miséria da educação é consequência do capitalismo de nossos dias, desse sistema que se sustenta da exploração da classe trabalhadora que, apesar de produzir a riqueza do país, dela não se apropria”.

Em artigo publicado no jornal *Voz das Comunidades*, em novembro de 2008, Bertoldo faz o relato da precarização da educação dos trabalhadores da cana numa escola situada no município de Flexeiras, em Alagoas, no Assentamento Flexeirinha do MLT.⁵ De acordo com a autora, o único elemento de identidade entre esta escola dos trabalhadores da cana e uma escola, é o fato de existirem alunos, professores e instrumentos de trabalho (quadro, giz, lápis, caderno). A referida escola, diferente das usuais, é de taipa, tendo sido construída pelos próprios alunos, em uma área pequena, com 12 mesas de madeira e 12 bancos, 12 cadeiras sem mesa e 2 bancos compridos. Os bancos, produzidos pelos trabalhadores, não permitem o mínimo de conforto para a acomodação. E esses trabalhadores, após um dia exaustivo no corte da cana, ao chegarem à escola vão se deparar com assentos desconfortáveis, permanecendo nestas condições até o término da aula. Além disso, a escola não possui boa iluminação, dificultando a visualização do que está escrito no quadro, até mesmo para quem tem boa visão. No caso daqueles que têm problema de visão e não usam óculos devido à falta de condições financeiras para adquiri-los, resta-lhes como alternativa a leitura que a professora faz do que está escrito no quadro. Em relação aos professores, segundo Bertoldo, em sua maioria são jovens, com formação de nível médio, alguns cursando o nível superior, e alguns com nível superior.

As mulheres trabalhadoras que frequentam a escola são as responsáveis pela merenda escolar. A precarização mais uma vez se faz presente, pois a cozinha é um espaço pequeno onde só cabem duas pessoas e alguns objetos que foram doados pela prefeitura (fogão de uma boca, duas panelas grandes e duas mesinhas).

A turma é composta por jovens e adultos trabalhadores e trabalhadoras do corte de cana. Os trabalhadores do corte da cana encontram muita dificuldade para conciliar o trabalho com o estudo, pois necessitam de disposição física e mental para frequentarem a escola após uma exaustiva jornada de trabalho.

Bertoldo (Ibdem), refletindo as condições em que se realiza a educação dos trabalhadores da cana, conclui: “É nesse contexto que se dá a escolarização dos trabalhadores: em situação de extrema miséria, de total decadência da vida humana!”.

Estudos feitos por outros pesquisadores sobre o nível de escolaridade dos cortadores de cana em diferentes regiões do Brasil também evidenciam esta realidade.

A pesquisa de Silva e Silva (2009) realizada com os cortadores de cana numa usina situada na mesorregião leste de Alagoas, no período da safra 2008/2009, apontou que dos sessenta e seis trabalhadores entrevistados, 19 são analfabetos; 46 possuem o ensino

⁵ Movimento Terra e Liberdade.

fundamental incompleto; apenas 01 possui o ensino médio incompleto; nenhum deles possui o ensino médio completo e nenhum possui curso superior. Diante dos resultados obtidos, as autoras comentam:

Não podemos deixar de acentuar [...] que a atual ideologia da empregabilidade vem apregoando a ideia de que o sujeito que tem acesso ao conhecimento e à qualificação, será de forma direta inserido no mercado de trabalho. É preciso ter claro a situação dos dias hodiernos, em que percebemos um mercado de trabalho em que não há uma relação direta e certa entre escolaridade e empregabilidade, visto que há um grande número de pessoas desempregadas mesmo dispondo de algum grau de escolaridade e de qualificação. (SILVA; SILVA, 2009, p. 48).

Os resultados apresentados pelas autoras citadas são semelhantes aos obtidos por Prestes (2005), a partir de uma pesquisa realizada numa usina do município de Santa Rita, na Paraíba, a qual foi publicada na 28ª Reunião Anual da ANPED. Segundo a autora,

Informações obtidas junto a uma amostra de 40 trabalhadores da usina mostraram que quase 100% deles se incluem na categoria de analfabetos ou analfabetos funcionais. Em sua totalidade, se incluíram na faixa da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, sendo que, no máximo, cursaram só o primeiro ano. Alguns desses trabalhadores estão freqüentando cursos de alfabetização, mas, mesmo estando freqüentando o curso há quase um ano não sabem ler, nem escrever e apenas ‘assinam o nome’. (PRESTES, 2005, p. 11).

De acordo com Prestes, a dificuldade enfrentada pelos trabalhadores para continuarem os estudos é enorme devido ao fato de não terem sequer concluído a educação básica devidamente certificada (Ibidem, p. 9).

Investigação similar foi empreendida por Cano e Vergínio (2008) em uma usina localizada na região de Fernandópolis, em São Paulo, no período de 2001 a 2006. Foram entrevistados oitenta e cinco cortadores de cana no que diz respeito ao seu nível de escolaridade e a análise dos resultados obtidos por meio de questionários apontam que:

Quanto ao nível de escolaridade do cortador de cana da empresa, certificou-se que, segundo a amostra considerada, nenhum trabalhador está estudando e, dos cortadores de cana, 42,35% não concluíram o ensino fundamental básico. [...] Observa-se que a maior parte dos cortadores com idade mais avançada se concentra nos níveis de baixa escolaridade; por exemplo, 83,33% dos cortadores com mais de 50 anos não concluíram o ensino fundamental básico. Certamente, para o trabalho que essas pessoas exercem (cortadores de cana), o nível de escolaridade não é tão relevante, mas se pode considerar que o baixo nível de escolaridade, associado à idade avançada, provavelmente reduziria suas chances de re-inserção no mercado de trabalho. (CANO; VERGÍNIO, 2008, p. 13-14).

A análise dos dados levantados permite afirmar que, independente da região do país em que se localizem os trabalhadores rurais cortadores de cana, seja do Nordeste ou do Sudeste, a escolaridade deles, em geral, é baixa, restringindo-se aos primeiros anos do ensino fundamental.

3 Condições de saúde do trabalhador

Em se tratando das condições de saúde do trabalhador rural empregado no corte da cana, as pesquisas indicam que em função da forma como o trabalho se dá, os índices de morte entre estes trabalhadores são muito altos.

Um dos fatores responsáveis por esta situação é o aumento da produtividade exigida aos trabalhadores diante da expansão da indústria sucroalcooleira, sobretudo depois da década de 1980, quando da vigência do Proálcool, que era um programa incentivador da produção de álcool anidro e hidratado. Com isso, a produção de cana-de-açúcar por hectare teve que aumentar. Segundo Alves,

Cresceu também a produtividade do trabalho no corte de cana, medida em toneladas de cana cortadas por dia por homem ocupado. Se na década de 60 a produtividade do trabalho era, em média, de 3 toneladas de cana por dia de trabalho, na década de 80 a produtividade média passa para 6 toneladas de cana por dia por homem ocupado e no final da década de 90 e início da presente década, atinge 12 toneladas de cana por dia. (ALVES, 2010, p. 1).

O salário do trabalhador está diretamente relacionado à quantidade de cana cortada por dia, configurando uma forma desumana e perversa de remuneração, já que é a força de trabalho despendida pelo trabalhador que vai garantir seu ganho. O ganho oriundo do trabalho vai depender ainda do valor atribuído pela usina ao metro de cana cortado, processo sobre o qual o trabalhador não tem nenhum controle. Isto gera constantes conflitos entre trabalhadores e patrões.

O trabalho duro debaixo de sol e calor fortes, exposto à fumaça e fuligem provenientes da queima da cana por um período que pode chegar a 12 horas de trabalho, requer mais do que a força do trabalhador; é preciso destreza e resistência física para suportar tão degradante e exaustiva condição de trabalho.

Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, num talhão de 200 metros de comprimento, por 8,5 metros de largura, caminha, durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros, despende aproximadamente 50 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 183.150 golpes no dia

(considerando uma cana em pé, não caída e não enrolada e que tenha uma densidade de 5 a 10 canas a cada 30 cm.). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem que, a cada 30 cm, se abaixar e se torcer para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disto, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isto significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia, mas transporta, em seus braços, 6 toneladas de cana, com um peso equivalente a 15 Kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros. (ALVES, 2010, p. 3-4).

Como se não bastasse o desgaste de energia sob sol forte, as vestimentas e calçados usados pelo trabalhador (botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, também de brim, luvas de raspa de couro, óculos e chapéu ou boné) são bastante pesados e o calor faz com que os trabalhadores suem demasiadamente, o que gera desidratação e perda de sais minerais. Estes fatores podem desencadear câimbras, dores fortes e até convulsões.

Os cortadores de cana, pressionados por vários fatores, como veremos, se sujeitam ao trabalho pesado, mesmo diante do aumento de trabalho que chegou a cem por cento entre as décadas de 1980 (média de seis toneladas cortadas por dia e em 1990 uma média de doze toneladas de cana cortada por dia).

Entre os fatores que levam os cortadores de cana a se submeterem a esse trabalho pesado, estão:

- Aumento de trabalhadores disponíveis para o corte, o que se dá em razão tanto do desemprego geral presente na atual conjuntura econômica, quanto em função da mecanização do corte que dispensa milhares de trabalhadores;
- Processos de seleção de trabalhadores para o corte da cana cada vez mais exigente. As usinas, aproveitando-se da grande oferta de força de trabalho, vêm requerendo somente trabalhadores homens, mais jovens e com experiência no corte da cana, podendo mesmo em pouco tempo demitir um trabalhador que não apresente boa produtividade;
- Ausência de condições e incentivo para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Tendo em vista as condições acima apresentadas, aos trabalhadores não resta outra alternativa, a não ser, a permanência no corte da cana. Assim, submetidos à tão degradante ritmo de trabalho, muitos deles não resistem e morrem dentro dos canaviais.

Considerações finais

A cultura da cana-de-açúcar no Brasil determinou o povoamento das capitâneas, facilitando uma melhor compreensão para origem e o desenvolvimento da cana-de-açúcar no Brasil e em Alagoas.

Apesar da modernização do setor sucroalcooleiro, as condições de vida, trabalho, saúde e escolaridade dos trabalhadores rurais em quase nada foram modificadas, pois continuam submetidos a condições degradantes de trabalho (condições de desgaste físico e jornada de trabalho excessiva) e com baixos índices de escolaridade, onde o acesso à escola continua sendo negado aos cortadores de cana. O baixo índice de escolarização é considerado um problema do próprio trabalhador, e não um problema da sociedade. Em decorrência, ele acaba sendo culpabilizado pela sua pouca escolaridade e por sua não inserção ou inserção precária no trabalho.

O processo de industrialização alcançou o corte da cana, onde máquinas colheitadeiras substituem o trabalho de cem homens, tendo como resultado a demissão em massa desses trabalhadores e sendo um negócio lucrativo para os usineiros que não precisam pagar salário a vários trabalhadores, apenas faz-se necessário contratar um trabalhador que estará no controle da máquina.

Na Antiguidade e na Idade Média, o trabalho se apresentava como castigo; nestas sociedades o desenvolvimento tecnológico ainda não era reconhecido e os trabalhos manuais assumiam papéis importantes. A partir do século XV e XVI o trabalho passa a exigir menos habilidades manuais por parte dos trabalhadores, exigindo cada vez mais qualificações por parte desses trabalhadores, visando sua competição no mercado de trabalho.

O discurso da classe dominante defende que a qualificação profissional do trabalhador, uma exigência do processo de modernização, propiciará as condições para sua inserção no mercado de trabalho.

Em relação às políticas públicas governamentais, segundo constam alguns autores, elas excluíram o trabalhador rural e beneficiaram os proprietários das usinas, gerando uma maior concentração de renda em suas mãos. Mesmo com o fim da escravidão os trabalhadores continuam enfrentando condições precárias de vida: com o uso das novas tecnologias, acabam sendo expulsos do trabalho; e mediante a baixa escolaridade, restam-lhes poucas oportunidades para buscar outras formas de sobrevivência.

Por mais que os trabalhadores rurais lutem por seus direitos, estes só se concretizarão a partir dos limites impostos pelo sistema capitalista, uma sociedade baseada no antagonismo entre trabalho e capital, proprietários e não proprietários. Para Mészáros (apud BERTOLDO, 2009, p. 153), a superação dessa contradição entre trabalho e capital só terá sentido com a própria dissolução do capital: “[...] embora seja função da política contribuir para o processo revolucionário, é necessário reconhecer os seus limites. Estes se dão exatamente porque se trata de uma categoria circunscrita ao âmbito do capital”.

Mesmo com a implantação de políticas públicas voltadas para os trabalhadores da cana, o que é uma necessidade incontestável, o Estado não resolverá os problemas sociais em sua totalidade, pois seu papel consiste em atender às necessidades do capital, que é a exploração do homem pelo homem, onde tudo deve se adequar as suas regras, inclusive o ser humano.

Como analisa Santo (2009, p. 13), trata-se de “[...] legislações que parecem abranger todos os direitos, mas que essencialmente existem para auxiliar na reprodução, acumulação e expansão capitalista, agora de forma mais organizada também no âmbito rural”.

Os problemas sociais relativos aos trabalhadores rurais e ao setor sucroalcooleiro não serão efetivamente solucionados no âmbito das políticas públicas, como alguns autores, a exemplo de Alves (2010), parece crer. Na verdade, eles tendem a ser adiados, pois a solução dessas contradições implicaria o fim do sistema capitalista, uma vez que fazem parte da estrutura do sistema capitalista. De acordo com Bertoldo (2009, p. 178),

[...] não se trata de fazer reformas visando à melhoria deste sistema social, pois esta é apenas uma forma paliativa de encaminhar a questão. Isto significa dizer que não é no âmbito da política que a problemática da humanidade será resolvida, e sim, somente com a dissolução da contradição entre capital e trabalho.

Na visão de Mészáros, não há possibilidade das ações políticas do Estado interferirem e/ou modificarem a estrutura do capital, tendo em vista a sua incontrolabilidade na atual sociedade. As crises estruturais do capitalismo possibilitam o seu fortalecimento e funcionamento no próprio sistema, alimentando-se a si mesmo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?** Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=21279>> Acesso em: 19 de fev. de 2010.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo, BOITEMPO, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, Cortez, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilarias de Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço.** Maceió, EDUFAL, 1997.

BASALDI, Otávio Valentim. **O mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar.** Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=23&id=260>> Acesso em: 18 de fev. de 2010.

BERNARDES, Júlio. **Exploração de trabalhadores no corte da cana continua mesmo com mecanização.** Disponível em: <<http://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=exploracao-de-trabalhadores-no-corte-da-cana-continua-mesmo-com-mecanizacao&id=3217>> Acesso em: 22 de fev. de 2010.

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política.** Maceió, EDUFAL, 2009.

BERTOLDO, Edna. A miséria da educação. **Jornal Voz das Comunidades**, Brasil, nov. 2008, p. 11.

CANO, Antônio; VERGÍNIO, Cleber j. **Impactos da mecanização da colheita da cana no período de 2001 a 2006: estudo de caso de uma unidade produtora em Fernandópolis, SP.** In: VI SEMINÁRIO DO TRABALHO: Trabalho, Economia e Educação no Século XXI. Anais. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/antoniocanocleberverginio.pdf>> Acesso em: 19 de nov. de 2009.

FRERES, Helena de Araújo. **A educação e a ideologia da empregabilidade: formando para o (des)emprego.** Fortaleza, 2008. Dissertação (mestrado em educação). Faculdade de educação (FACED), Universidade Federal do Ceará.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas.** São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT/CNPq, 1989.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo à teoria de transição.** Tradução: Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

PRESTES, Emília Maria da. **Os novos desafios da educação de jovens e adultos: a educação e trabalho dos cortadores de cana no contexto da reestruturação produtiva.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt18/gt18361int.doc>.>
Acesso em: 20 de jul. de 2008.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida et. al. **Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar.** Disponível em:
< <http://www.scielo.br/pdf/csp/v15n1/0044.pdf>> Acesso em: 23 de fev. 2010.

SANTOS, Antônio César de Holanda. **Expropriação do trabalho e escolarização do cortador de cana em Alagoas.** Maceió, 2009. Dissertação (mestrado em educação)- Centro de educação, Universidade Federal de Alagoas.

SILVA, Maria Fernanda da; SILVA, Jane Marinho da. **A modernização do setor sucroalcooleiro e a escolaridade de trabalhadores rurais cortadores de cana: algumas considerações.** 2009. 67 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.